

CONTRATO COM A EMPRESA “SYSNOVARE – INNOVATIVE SOLUTIONS, LDA” PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – “PLATAFORMA DE GESTÃO INTEGRADA DE PROCEDIMENTOS POR CONTRAORDENAÇÕES GERAIS E RODOVIÁRIAS” NA MODALIDADE DE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE)”

VALOR DO ATO – 57.645,20€

CONTRATO N.º 122/2026

Celebram o presente contrato, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, os seguintes outorgantes: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º229/DA/2025, de 5 de novembro, publicado através do Edital n.º 137/2025.-----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

SYSNOVARE – INNOVATIVE SOLUTIONS, LDA, com sede social na Rua João das Regras n.º 284 -3.º Sala 303, no concelho de Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o número único de matrícula e identificação fiscal 508959152 e o capital social de 220.000,00€, neste ato representada por **Fernando Luiz Lopes da Fonseca e Costa** titular do cartão de cidadão com o n.º e número de identificação fiscal com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente apresentada. -----

Considerando que: -----

- A.** O **MUNICÍPIO DE LAGOA** promoveu um procedimento por Consulta Prévia com a referência 2026/300.10.005/11 para a aquisição de serviços **“PLATAFORMA DE GESTÃO INTEGRADA DE PROCEDIMENTOS POR CONTRAORDENAÇÕES GERAIS E RODOVIÁRIAS” NA MODALIDADE DE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE)”** -----
- B.** O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 1 de março de 2026 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º 229/DA/2025, de 5 de novembro; -----
- C.** Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 16 de março de 2026, no exercício de

competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 26 de novembro de 2025;

- D. A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela dotação orçamental 0102/020225; -----
- E. A aquisição de serviços foi adjudicada em 14 de maio de 2026, assim como foi aprovada a minuta do contrato; -----
- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do Contrato em 18 de maio de 2026; -----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foi emitido o número sequencial de compromisso **146770**. -----

É reciprocamente acordado, livremente aceite e reduzido a escrito o presente Contrato de aquisição de serviços, adiante somente designado por "Contrato", de acordo com as Cláusulas seguintes: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição de serviços "**PLATAFORMA DE GESTÃO INTEGRADA DE PROCEDIMENTOS POR CONTRAORDENAÇÕES GERAIS E RODOVIÁRIAS**" NA MODALIDADE DE **SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE)**" nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente aquisição de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

1. O prazo de execução da aquisição de bens objeto do presente contrato é de 24 (vinte e quatro) meses. ---
2. O contrato será publicado no portal dos contratos públicos, sendo condição de eficácia do mesmo. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

1. O preço contratual é de **57.645,20€** (cinquenta e sete mil seiscientos e quarenta e cinco euros e vinte cêntimos) acrescido de Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23%, integralmente pago em 2026. ----
2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA
(Obrigações Principais)

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e respetivos anexos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais: -----

- a) Prestar os serviços de implementação e acesso à Plataforma de Gestão, na modalidade de serviço SaaS (Software as a Service) à contraente pública, conforme as características técnicas mínimas de alojamento, prazos de disponibilização e acesso, requisitos de fornecimento e demais serviços, características, especificações e requisitos técnicos previstos no Anexo I “Características técnicas” ao presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante, no prazo constante da proposta; -----
- b) Assegurar que a infraestrutura de alojamento de dados e backups associados se localize em território nacional ou em país da União Europeia, por forma a cumprir, com rigor as obrigações legais previstas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação nacional, pelo que deverá, desde logo, comprovar, sob pena de exclusão imediata, a localização física do data center, nessa conformidade territorial; -----
- c) A indicação de um plano cronológico que defina as datas/prazos para disponibilização de acesso e formação de utilizadores chave da Plataforma de Gestão, contendo a concretização do início e o termo da(s) ação (ões) de formação; -----
- d) A obrigação de garantia do serviço, prestação de assistência técnica e suporte do sistema durante o tempo de vigência do contrato, sempre que se fundamente essa necessidade, nomeadamente em caso de alterações e/ou correções ao sistema, ou outras que se revelem necessárias, na ótica do utilizador; -----
- e) O fornecimento dos acessos para a gestão e utilização da solução, para 15 utilizadores/trabalhadores; -----
- f) Comunicar antecipadamente à contraente pública situações de impossibilidade de acesso e das demais obrigações definidas no Caderno de Encargos e demais documentação contratual; -----
- g) Assumir todas as despesas em que haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes do contrato; -----
- h) A nomear um Gestor Técnico do Contrato, incluindo o endereço de e-mail e contato telefónico direto, que deverá ser o interlocutor do mesmo relativamente às questões técnicas e práticas, devendo ter um elevado grau de experiência e domínio da Plataforma de Gestão. -----

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo. -----

CLÁUSULA QUINTA

(Caução)

Atento o valor contratual não é exigível caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

CLÁUSULA SEXTA

(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----
4. As faturas apresentadas pela execução da prestação de serviços, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. -----
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão de preços)

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

CLÁUSULA OITAVA

(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

CLÁUSULA NONA

(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA DÉCIMA
(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.-----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(Deveres de informação)

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(Dever de Sigilo)

1. O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. ---
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(Gestor do contrato)

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato _____, tendo como função o acompanhamento da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(Legislação Aplicável e Foro competente)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; -----
3. Certificado dos Registos Criminais da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa. -----

E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado eletronicamente, no uso de certificado digital qualificada por ambos os outorgantes, nos termos e para efeitos do artigo 94.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em sinal de conformidade e de aceitação do seu conteúdo, considerando-se datado e válido com a oposição da última assinatura. -----

Fazem parte do contrato: o Caderno de Encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Conduta do Município de Lagoa.

O Primeiro Outorgante

Assinado por: **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**
Num. de Identificação:
Data: 2026.05.19 15:59
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Lagoa**

O Segundo Outorgante

FERNANDO LUIZ LOPES DA FONSECA E COSTA
Assinado de forma digital por FERNANDO LUIZ LOPES DA FONSECA E COSTA
Dados: 2026.05.20 12:11:42 +01'00'